



Eixo 4 - Ciência da Informação: diálogos e conexões

Plano S e Ciência Aberta na comunicação científica em saúde: repercussões e desafios no contexto brasileiro

Plan S and Open Science in health scientific communication: repercussions and challenges in the Brazilian context

Natali Gaudio de Almeida – Universidade de São Paulo (USP) – natalig@usp.br

Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos – Universidade de São Paulo (USP) – cibelear@usp.br

Resumo: O estudo analisa as repercussões do Plano S na ampliação das práticas de Ciência Aberta e no fortalecimento do acesso aberto à comunicação científica em saúde no Brasil. A partir de abordagem qualitativa e levantamento bibliográfico e documental, discute as repercussões do Plano S, dos acordos transformativos e das políticas de acesso aberto no contexto brasileiro. Destaca iniciativas como SciELO, BIREME e acordos recentes da CAPES com grandes editoras científicas. Conclui que, embora o Brasil já possuísse trajetória consolidada em acesso aberto, o Plano S contribuiu para intensificar debates sobre democratização do conhecimento, equidade científica e sustentabilidade da publicação acadêmica.

Palavras-chave: Ciência Aberta. Plano S. Comunicação científica. Informação em saúde. Acordos transformativos.

Abstract: This study analyzes the repercussions of Plan S on the expansion of Open Science practices and the strengthening of open access in health scientific communication in Brazil. Using a qualitative approach, the study is based on bibliographic and documentary research, discusses the impacts of Plan S, transformative agreements, and open access policies in the Brazilian context. The study highlights initiatives such as SciELO, BIREME, and recent agreements established by CAPES with major scientific publishers. It concludes that although Brazil already had a consolidated trajectory in open access, Plan S contributed to intensifying debates on knowledge democratization, scientific equity, and the sustainability of academic publishing.

Keywords: Open Science. Plan S. Scientific Communication. Health Information. Transformative Agreements.



1 INTRODUÇÃO

O avanço das práticas de Ciência Aberta intensificou debates sobre acesso aberto, democratização do conhecimento científico e sustentabilidade da comunicação científica, especialmente na área da saúde. Nesse contexto, o Plano S tornou-se uma das principais iniciativas internacionais voltadas à ampliação do acesso aberto às pesquisas financiadas com recursos públicos.

Assim, busca-se neste trabalho compreender de que modo o Plano S repercutiu nas políticas, práticas e estratégias de acesso aberto na comunicação científica em saúde no contexto brasileiro.

Este estudo se justifica, pois a comunicação científica, de modo geral, passou por grandes transformações após a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, o que levou ao aprofundamento das discussões sobre a importância do acesso aberto às publicações científicas, da transparência na comunicação científica e da ampliação da participação nas práticas de pesquisa, de modo a favorecer maior inserção de países periféricos na produção e no acesso às pesquisas, além do fortalecimento de uma ciência cidadã, na qual atores não acadêmicos também possam contribuir para o processo científico.

Pode-se afirmar, desta forma, que foi devido ao compartilhamento de dados e ao esforço coletivo que se chegou à produção de vacinas e aos tratamentos para a COVID-19, em tempo considerado recorde. Durante a pandemia de COVID-19, práticas relacionadas à Ciência Aberta ganharam centralidade, especialmente por meio do compartilhamento rápido de dados científicos, da ampliação do acesso aberto às publicações, do uso intensivo de *preprints* e da circulação internacional de informações em saúde. Essas iniciativas evidenciaram a importância do acesso aberto e colaborativo para o avanço científico e para a resposta global à emergência sanitária.

De acordo com a UNESCO (2022), a Ciência Aberta é definida como um conjunto de práticas, que se inicia com as condutas adotadas pelos pesquisadores, e que tem como objetivo aprimorar a comunicação científica, de modo que se torne acessível não só à comunidade científica, como também a atores da sociedade. Esse conjunto de práticas, visa o benefício não só da Ciência, como da sociedade, pois colabora para agilizar o avanço de pesquisas científicas em diversas áreas.



Em uma perspectiva histórica, as discussões sobre a Ciência Aberta são muito anteriores à pandemia e remontam à década de 1950. No pós-guerra, grandes editoras científicas consolidaram um modelo concentrado de comunicação científica baseado em assinaturas e taxas de publicação (Segundo e Sena, 2025, p. 34).

O movimento pelo acesso aberto surgiu como reação às restrições impostas pelo modelo tradicional de publicação científica, caracterizado pela concentração de periódicos em grandes editoras e por barreiras econômicas ao acesso ao conhecimento. Posteriormente, a Ciência Aberta ampliou esse debate ao incorporar princípios relacionados ao compartilhamento de dados, à transparência, à colaboração e à participação social na produção do conhecimento. Esse cenário também evidencia assimetrias estruturais na comunicação científica, marcadas pela concentração da publicação científica em grandes editoras internacionais e pela dependência de pesquisadores e instituições em relação a infraestruturas e modelos de circulação do conhecimento controlados por grupos econômicos hegemônicos. Nesse contexto, autores têm problematizado formas de colonialismo científico e informacional, nas quais barreiras econômicas e tecnológicas limitam a participação mais equitativa na produção e na disseminação do conhecimento científico (Silva, 2025).

De acordo com Segundo e Sena (2025, p. 13), agências de fomento e organismos de pesquisa da Europa, América do Norte e Oceania tiveram papel relevante na consolidação de políticas e infraestruturas voltadas à Ciência Aberta e ao acesso aberto. Entretanto, outras regiões também desenvolveram iniciativas pioneiras, como a SciELO na América Latina, criada em 1998 e reconhecida internacionalmente como uma das primeiras e mais importantes infraestruturas de comunicação científica em acesso aberto.

Dentro do contexto internacional de incentivo às práticas de Ciência Aberta existe o *Plan S* ou Plano S: elaborado em 2018 pela *cOAlition S*, uma aliança internacional entre agências de financiamento de pesquisa de 17 países, que contou com o apoio da Comissão Europeia. Em um acordo conjunto, a *cOAlition S* anunciou que a partir de 2021, todo trabalho científico publicado com a ajuda de financiamento público e das agências signatárias do plano, deveria estar disponível em acesso aberto para leitura e download. Os índices de acesso aberto na Europa ainda eram inferiores aos da América Latina, o que colaborou para a elaboração e implementação do plano.



Os objetivos principais do Plano S são: acesso aberto total e imediato, com a publicação de resultados de pesquisas em revistas ou em plataformas de acesso aberto; fim do modelo de assinaturas de revistas científicas; reuso de dados de pesquisa, o que colaboraria para o avanço de inovações; e a democratização do acesso ao conhecimento, contribuindo para uma ciência mais inclusiva.

Contudo, o anúncio do Plano S gerou debates porque muitas revistas de alto prestígio, como *Nature* e *Science*, não atendiam integralmente aos critérios de acesso aberto exigidos pela iniciativa, o que poderia limitar sua utilização por pesquisadores vinculados às agências signatárias.

Silva (2025) aponta que o Plano S apresenta aspectos controversos ao estabelecer a obrigatoriedade de licenças específicas, como a CC BY, e restringir a publicação em periódicos por assinatura ou híbridos não transformadores. Segundo o autor, tais diretrizes podem limitar a autonomia dos pesquisadores na escolha dos veículos de disseminação científica, ao priorizar os interesses sistêmicos da Ciência Aberta em detrimento das decisões individuais dos autores. Essa problemática evidencia as tensões existentes entre a ampliação do acesso aberto e a preservação da liberdade acadêmica no sistema contemporâneo de comunicação científica.

Para Jan Velterop (2025), o Plano S encontrou muitos obstáculos para sua implementação, sobretudo, por não apresentar um programa de compromisso com os gastos relacionados às publicações, que ficam a cargo dos pesquisadores/autores, uma vez que as grandes editoras continuam a cobrar as chamadas APCs (*article processing charges*) para preservarem seu lucro, com a justificativa de que essas taxas sustentam o acesso aberto.

Para se ter uma ideia, de acordo com Figueiredo (2024), revistas como a *Nature* e a *Science* adotam políticas de acesso aberto obrigatórias e taxas de publicação bastante elevadas, que giram em torno de 5 a 10 mil dólares, valores bastante elevados e fora da realidade de pesquisadores do Sul Global.

Segundo Velterop (2025), diante das dificuldades de implementação do Plano S, vêm sendo discutidas reformulações voltadas ao fortalecimento de estruturas de acesso aberto lideradas pela comunidade acadêmica. O autor destaca que as iniciativas mais recentes têm priorizado maior transparência nas taxas de publicação, modelos alternativos de comunicação científica e estratégias para reduzir desigualdades entre



pesquisadores com diferentes níveis de financiamento. Nesse contexto, as mudanças em debate evidenciam que a consolidação da Ciência Aberta ainda depende da construção de modelos mais sustentáveis e equitativos de publicação científica, capazes de minimizar disparidades econômicas e ampliar o acesso à produção do conhecimento.

Velterop ressalta, contudo, que o objetivo principal do Plano S continua a ser a publicação dos artigos em acesso diamante, ou seja, sem taxas de processamento para autores e leitores, e que para tanto, esses sistemas de publicação deverão ser sustentados através de subsídios, deste modo, não haveria mais uma receita advinda das APCs, o que torna a discussão em torno da aplicação deste plano bastante complexa.

Outro aspecto relevante no contexto da ampliação das práticas de Ciência Aberta refere-se aos acordos transformativos. Segundo o Instituto de Física de São Carlos (2025), esses acordos buscam integrar os custos de assinatura e publicação científica, possibilitando maior acesso aberto às pesquisas por meio de isenções ou descontos nas taxas de publicação cobradas dos autores. A adoção crescente desse modelo por grandes editoras internacionais demonstra uma tentativa de adaptação do mercado editorial científico às demandas contemporâneas por acesso aberto. Contudo, tais iniciativas também suscitam debates sobre a sustentabilidade econômica desses modelos e sobre a permanência da dependência em relação às grandes corporações editoriais.

Ao final de 2024, a *cOAlition S* anunciou a suspensão do apoio aos acordos transformativos, argumentando que esses mecanismos não estavam promovendo a transição esperada para modelos plenos de acesso aberto. Em análise posterior, Coelho (2026) também questiona a efetividade desses acordos, especialmente no contexto brasileiro.

Desde que o Plano S ganhou destaque internacional e passou a integrar os debates sobre acesso aberto e Ciência Aberta, tornou-se relevante analisar suas possíveis repercussões sobre as formas de publicação científica. Apesar da trajetória consolidada do Brasil em iniciativas de acesso aberto e Ciência Aberta, ainda persistem desafios significativos para a pesquisa no país, entre os quais se destacam os elevados custos das assinaturas mantidas por universidades e bibliotecas para acesso a plataformas e periódicos científicos internacionais.



A área da saúde figura entre os campos com maior volume de produção científica no Brasil, de acordo com dados publicados pela editora Elsevier e pela agência Bori¹. Nesse cenário, torna-se relevante compreender de que modo os debates impulsionados pelo Plano S repercutem na comunicação científica desse campo, especialmente em relação à equidade no acesso às publicações científicas e às iniciativas voltadas à redução dos custos de publicação associados às APCs.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em levantamento exploratório de literatura, documentos e informações sobre Ciência Aberta, ao Plano S, acordos transformativos e comunicação científica em saúde. A discussão fundamenta-se em publicações acadêmicas, documentos institucionais, relatórios e textos especializados que abordam os desafios e as perspectivas do acesso aberto no contexto contemporâneo.

Para subsidiar a discussão, foram consultadas publicações e informações disponíveis em plataformas como SciELO, SciELO Preprints, SciELO em Perspectiva e Editora Ibict, além de notícias, relatórios e comunicados institucionais relacionados à Ciência Aberta, ao Plano S e aos acordos transformativos. Como apoio à organização das informações e à revisão textual, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial generativa ChatGPT (OpenAI, GPT-5.5), permanecendo sob responsabilidade das autoras a análise crítica, a interpretação dos resultados e a redação final do texto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à comunicação científica na área da saúde, nos últimos anos, tem-se acompanhado um avanço em relação ao acesso aberto e aos acordos transformativos, além de novas estratégias de divulgação das pesquisas.

¹ Produção científica no Brasil retoma crescimento após dois anos de queda; Rússia e Ucrânia têm variação negativa. Agência Bori. São Paulo, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://abori.com.br/ciencia/bori-elsevier-2025-producao-cientifica-no-brasil/> Acesso em 01 de maio de 2026.



Embora não tenha sido implementado formalmente no Brasil, o Plano S contribuiu para fortalecer internacionalmente o debate sobre acesso aberto, acordos transformativos e sustentabilidade da comunicação científica. As iniciativas brasileiras analisadas devem ser compreendidas nesse contexto mais amplo de consolidação da Ciência Aberta.

Como exemplo desses avanços, pode-se citar o caso da Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS), do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com Barbara Reis-Santos e Cynthia Braga (2022, p.2), a partir de 2022, os artigos passaram a incluir “um quadro de contribuições do estudo, com as ‘implicações para os serviços’” de saúde, de modo a colaborar diretamente com decisões dos profissionais da área. Além disso, a RESS contribui para a promoção da Ciência Aberta, pois permite a publicização, “sem ônus para os pesquisadores, de resultados de análises e estudos desenvolvidos no âmbito do SUS”. De acordo com as autoras, outros periódicos da área da Saúde Coletiva têm investido em melhorias nas estratégias de comunicação científica para ampliar o acesso às pesquisas.

Além de estratégias empreendidas pelos periódicos, nos últimos anos foram lançadas novas plataformas de acesso a dados de saúde pelo Governo Federal, tais como o Novo Portal de Dados Abertos do SUS, lançado em dezembro de 2025, que disponibiliza bases de dados de saúde pública (vacinação, arboviroses, economia) em formatos reutilizáveis (CSV, JSON, XML, API) para transparência, pesquisa e desenvolvimento de soluções; o Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério da Saúde, que visa promover a transparência e incentivar a criação de novos serviços e pesquisas baseados em dados públicos; e a Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), uma ferramenta do Ministério da Saúde que disponibiliza painéis interativos com dados e indicadores em tempo real para monitorar políticas, programas e ações do SUS, lançada em 2023.

Também houve avanços na implementação de acordos transformativos para a publicação em revistas científicas internacionais através da CAPES, que desde janeiro de 2026 firmou um acordo com as editoras *Springer Nature* e *Elsevier*, *Association for Computing Machinery (ACM)*, a *American Chemical Society (ACS)*, *Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)*, a *Wiley* e a *Royal Society Publishing (RSP)*, que permitirá a pesquisadores brasileiros a publicação de trabalhos científicos em acesso aberto em



1.738 revistas científicas, sem o pagamento de APCs, até o ano de 2028. De acordo com Sarah Schmidt (2026), esses movimentos evidenciam que debates internacionais impulsionados pelo Plano S também repercutem no contexto latino-americano, especialmente nas discussões sobre acesso aberto, sustentabilidade da publicação científica e acordos transformativos.

No contexto da comunicação científica em saúde, destacam-se ainda as iniciativas da BIREME, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), em prol do acesso aberto. Durante a pandemia, a BVS incorporou às suas buscas plataformas internacionais de *preprints*, como a *medRxiv* e a *bioRxiv*. Além disso, a BIREME desenvolveu as Vitruvianas do Conhecimento, plataformas temáticas que reúnem, organizam e disseminam informações científicas e técnicas em saúde sobre diferentes temas estratégicos, ampliando o acesso à produção científica e favorecendo a circulação qualificada da informação em saúde no contexto da Ciência Aberta.

Em conjunto, essas iniciativas evidenciam avanços da Ciência Aberta na comunicação científica em saúde no Brasil, em sintonia com debates internacionais sobre acesso aberto e equidade científica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a comunicação científica se estrutura como um ecossistema global, iniciativas internacionais como o Plano S contribuem para orientar debates e reflexões sobre acesso aberto, sustentabilidade e equidade na publicação científica em diferentes países, inclusive no Brasil.

Observa-se o incremento das práticas de acesso aberto no país, especialmente por meio do fortalecimento de plataformas de acesso público, da adoção de políticas editoriais alinhadas à Ciência Aberta e do avanço de acordos transformativos que buscam reduzir barreiras econômicas à publicação e ao acesso. Esse movimento dialoga, em alguma medida, com os debates internacionais impulsionados pelo Plano S e por outras iniciativas voltadas à Ciência Aberta, inserindo-se em um esforço global pela ampliação da equidade no acesso às pesquisas científicas.

Contudo, é necessário enfatizar que o Brasil possui posição de destaque e trajetória consolidada em iniciativas de acesso aberto, o que pode ser exemplificado



pela criação da SciELO, em 1998, uma das primeiras e mais relevantes bibliotecas eletrônicas de periódicos científicos em acesso aberto na América Latina. Essa experiência antecede, em muitos anos, o *Plano S* e evidencia que parte importante da infraestrutura nacional de comunicação científica já se desenvolvia com base em modelos públicos e cooperativos de disseminação do conhecimento.

A área da comunicação científica em saúde no Brasil também demonstra consolidação na implementação das práticas da Ciência Aberta, que pode ser comprovada pelos exemplos das iniciativas de periódicos como a Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde (RESS), do Sistema Único de Saúde (SUS), e da criação de novos portais de acesso a dados de saúde, como o Novo Portal de Dados Abertos do SUS, o Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério da Saúde e a Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), além dos portais das Bibliotecas Virtuais em Saúde, que apresentaram iniciativas inovadoras de acesso a pesquisas durante a pandemia.

Contudo, a publicação em periódicos internacionais ainda se apresenta como um fator de maior visibilidade para as pesquisas realizadas no país, e é justamente nesse ponto que se concentram as dificuldades: a cobrança de APCs em moeda estrangeira frequentemente inviabiliza a publicação de estudos nacionais. Para mitigar esse cenário, o governo brasileiro, em iniciativa inédita, tem buscado firmar acordos transformativos com grandes editoras, de modo a reduzir custos e ampliar a possibilidade de publicação em acesso aberto.

Nesse sentido, observa-se que os desafios contemporâneos da comunicação científica não se restringem à ampliação do acesso aberto, mas envolvem também a construção de modelos sustentáveis e equitativos de publicação científica. Embora o Plano S tenha contribuído para ampliar os debates internacionais sobre Ciência Aberta, sua consolidação ainda depende da superação de assimetrias de financiamento e infraestrutura entre países e instituições. Nesse contexto, iniciativas brasileiras como a SciELO, a BIREME, a BVS e os recentes acordos transformativos demonstram contribuições relevantes para a democratização do acesso ao conhecimento científico e para o fortalecimento da comunicação científica em saúde.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Natali Gaudio de; SANTOS, Cibele A. Camargo Marques dos. A contribuição dos preprints na informação em Covid-19: uma análise do papel da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação 2024, 30., 2024. **Anais**. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2024/article/view/3396>. Acesso em 01 de maio de 2026.

COELHO, Ricardo Limongi França. Acordos transformativos no Brasil: avanço necessário ou dependência ampliada? In: **SciELO em Perspectiva**, 2026. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2026/01/28/acordos-transformativos-no-brasil-avanco-necessario-ou-dependencia-ampliada/> Acesso em 20 de abril de 2026.

COMISSÃO EUROPEIA. **Instituição da UE**. In: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/search-all-eu-institutions-and-bodies/european-commission_pt. Acesso em 01 de maio de 2026.

FIGUEIREDO, Claudia. **Impacto do acesso aberto na Ciência brasileira**: uma análise crítica. Academia de Ciência Brasileira, 2024. Disponível em <https://www.abc.org.br/2024/06/11/impacto-do-acesso-aberto-na-ciencia-brasileira-uma-analise-critica/>. Acesso em 10 de janeiro de 2026.

INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS. Serviço de Biblioteca e Informação. **Acordos transformativos Capes Wiley, ACS e IEEE: facilitando a publicação em acesso aberto**. São Carlos, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://www2.ifsc.usp.br/biblioteca/acordos-transformativos-capes-acs-e-ieee-publicacao-em-acesso-aberto/>. Acesso em 01 de maio de 2026.

PRODUÇÃO científica no Brasil retoma crescimento após dois anos de queda; Rússia e Ucrânia têm variação negativa. **Agência Bori**. São Paulo, 18 dez. 2025. Disponível em: <https://abori.com.br/ciencia/bori-elsevier-2025-producao-cientifica-no-brasil/>. Acesso em: 01 de maio de 2026.

REIS-SANTOS, Barbara; BRAGA, Cynthia. Ciência Aberta, equidade e o cenário brasileiro. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, 31(2):e2022604, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2022.v31n2/e2022604/pt>. Acesso em 25 de abril de 2026.

SCHMIDT, Sarah. Capes amplia acordos com editoras e autores brasileiros poderão publicar, sem custo, em milhares de periódicos. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 360, fev. 2026. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/capes-amplia-acordos-com-editoras-e-autores-brasileiros-poderao-publicar-sem-custo-em-milhares-de-periodicos/> Acesso em 20 de abril de 2026.

SEGUNDO, Washington Luís Ribeiro de Carvalho; SENA, Priscila Machado Borges. Uma perspectiva histórica sobre infraestruturas tecnológicas brasileiras de apoio à Ciência Aberta. In: AMARO, Bianca; CAMPOS, Phillippe de Freitas; BARCELOS, Janinne. (org.). **Infraestruturas de ciência e de acesso aberto no Brasil**: iniciativas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. p. 32-49.



SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Quem controla seus dados?** Ciência Aberta, Colonialismo de Dados e Soberania na era da Inteligência Artificial e do Big Data. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

UNESCO. **Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta**. Paris: Unesco: Representação da Unesco no Brasil, 2022. 34 p. Título original: UNESCO Recommendation on Open Science. DOI: <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por. Acesso em: 15 janeiro 2026.

VELTEROP, Jan. Plano S – quo vadis? **SciELO em Perspectiva**, 2025. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2025/11/19/plano-s-quo-vadis/> Acesso em 10 de janeiro de 2026.

